

## ***A COMPETÊNCIA PRISIONAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO***

---

**ELIANA CALMON ALVES\***  
*Juíza Federal do TRF / 1ª Região*

Quando ocorreram os servidores públicos federais ao Judiciário, pleiteando o saque do FGTS, em razão da mudança do regime celetista para o regime único, ditado pela Lei nº 8.112, de 11.12.90, estabeleceu-se grande confusão quanto à competência, eis que determinavam os Juízes Trabalhistas a liberação dos saldos das contas vinculadas e ordenavam aos gerentes da agências da Caixa Econômica fosse cumprida a ordem judicial em prazo pré-fixado.

Se não atendiam os prepostos da CEF à ordem no prazo assinalado, eram ameaçados de prisão por cometimento de crime de desobediência e/ou prevaricação.

Aliás, não foram poucos gerentes que chegaram a ser presos por ordem de Juízes Trabalhistas, porque não conseguiram obter, em tempo hábil, habeas corpus nos Tribunais Regionais Federais.

À época, aumentaram os habeas corpus em favor de servidores da CEF, os quais eram concedidos ao entendimento de que não possuindo o Juiz do Trabalho competência penal não poderia ordenar prisão.

A posição adotada pelos Tribunais Regionais Federais desagradou os Magistrados da Justiça do Trabalho, os quais se sentiram desarmados, se não cumprida fosse a sua ordem.



---

\* Ministra do Superior Tribunal de Justiça, a partir de 30/6/1999.  
ALVES, Eliana Calmon. A competência prisional da justiça do trabalho. **Revista Ajufe**, São Paulo, n.44, p. 39, mar.1995.

E o início de discórdia entre a Justiça Comum Federal e a Justiça Especial Trabalhista ainda mais acirrou-se quando editada a Súmula nº 09, cujo verbete é teor seguinte:

"A prisão ordenada por magistrado da Justiça do Trabalho, em matéria penal de competência do Juiz Federal, a este deve ser comunicada, que, se for ilegal, a relaxará."

E, em complementação à questão aqui tratada, veio a lume a Súmula nº 10, assim redigida:

"Compete ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, se corretas sob o ponto de vista da técnica competencial, a qual segue, no particular, o que está estabelecido na Constituição, têm dado ensejo a algumas confusões, por parte de Magistrados e advogados, quando se está a tratar de PRISÃO CIVIL DE DEPOSITÁRIO INFIEL, respaldada no art. 5º, inciso LXVII, CF:

Não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel."

Sobre a prisão civil, há de observar-se que a mesma não tem caráter de prisão por coerção processual duradoura, sendo um meio para compelir alguém a cumprir determinada obrigação. Assim, pode ser decretado por Juiz Cível ou Juiz Criminal, o que de logo legitima a atuação do Juiz do Trabalho para também ordená-la.

Sim, porque embora já esteja assentado o entendimento de que não tem a Justiça do Trabalho competência penal, se dela se amputar a competência para agir coercitivamente via prisão civil no intuito de fazer cumprir obrigação legal, será o mesmo que desconhecer

um dos segmentos do Estado-Juiz, com tarefa de fazer a aplicação autoritativa do Direito.

Chega-se, assim, à primeira conclusão: o Juiz do Trabalho pode decretar prisão civil, não sendo aplicável, à espécie, o verbete contido na súmula nº 10 do TRF da 1ª Região.

O segundo aspecto a considerar diz respeito a quem toca o ato de revisão, pela decretação da prisão civil do Juiz do Trabalho.

O contido na Súmula nº 09, desta Corte Federal, pode sugerir que seja competente o Juiz Federal de Primeiro Grau de jurisdição, ou mesmo, se observada a hierarquia, o Tribunal Federal.

O terceiro ponto merecedor de esclarecimento é a perfeita adequabilidade do habeas corpus, como remédio constitucional capaz de apreciar o ato que determinou o cerceamento da liberdade de ir e vir, mesmo não sendo ato de natureza penal a prisão de que se cuida.

Como último ponto a esclarecer, temos a indagação: a quem cabe o exame do habeas corpus? A censura do ato que venha a tolher a liberdade de ir e vir cabe ao órgão incumbido da revisão dos demais atos da autoridade da qual emanou a ordem, mesmo pela via heróica.

Em outras palavras, a prisão civil decretada por Juiz do Trabalho é revista pelo Tribunal Regional do Trabalho, ao qual está o mesmo vinculado.

Se assim não fosse, estar-se-ia limitando a utilização da nobre ação constitucional para situá-la no campo penal e, o que é mais grave, invadindo-se a competência da Justiça do Trabalho, em

escancarado desrespeito às normas constitucionais estabelecedoras das competências em matéria jurisdicional.

Em conclusão:

1) a prisão civil pode ser impugnada por via mandamental e, em se tratando de cerceamento à liberdade de ir e vir, é o habeas corpus a ação indicada;

2) o Juiz do Trabalho tem competência para, dentro do âmbito de suas atribuições, decretar a prisão civil, não penal;

3) o exame do ato prisional, por via de impugnação recursal ou mandamental, é do órgão ao qual está o Magistrado Trabalhista hierarquicamente subordinado - o Tribunal Regional do Trabalho.